009. APELAÇÃO 0040835-32.2017.8.19.0001 Assunto: Excesso de Execução / Valor da Execução / Cálculo / Atualização / Liquidação / Cumprimento / Execução / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAPITAL 11 VARA Cível Ação: 0040835-32.2017.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00639774 - APELANTE: CLÁUDIA MARIA MENEZES ADDED ADVOGADO: DANTON GUIMARÃES DA FONSECA OAB/RJ-045800 ADVOGADO: MARDYO RAIMUNDO LEÃO DE FRANÇA ALENCAR OAB/RJ-183562 APELADO: SUELI DA COSTA FONTES ADVOGADO: SERGIO DE MIRANDA OAB/RJ-121668 **Relator: DES. MARIO ASSIS GONCALVES** Ementa: Embargos à execução. Título extrajudicial. Bem de família. Não configuração. Penhora. Possibilidade. Excesso de execução. Ausência de comprovação. Pleito de recebimento do apelo no efeito suspensivo. Descabimento. Artigo 1.012, III do Código de Processo Civil. Sentença que julga improcedentes os embargos do executado. Relativamente ao alegado excesso de execução, vale ressaltar que o Código de Processo Civil estabelece uma condição, clara e óbvia, no § 4º do art. 525, que é declaração imediata, na petição inicial, do valor que o impugnante entende correto, com apresentação de demonstrativo discriminado e atualizado do cálculo, sob pena de rejeição liminar da impugnação, se este for seu único fundamento ou prosseguimento da impugnação e não conhecimento a matéria caso existam outros temas a serem analisados (§ 5º). Na hipótese dos autos o recorrente afirma que o valor do crédito exequendo é excessivo, sem, contudo, informar o valor que entende devido, nem apontar os excessos do débito indicado pelo credor o que constitui, como visto, impugnação genérica vedada pelo ordenamento jurídico. Assim, correta a sentença ao deixar de analisar o tema. No mais, cinge-se a controvérsia em definir se o imóvel penhorado, de propriedade da embargante, configura bem de família, devendo, portanto, ser alvo da proteção da Lei nº 8.009/90. O artigo 5º da citada lei estabelece os parâmetros para considerar um imóvel bem de família. A jurisprudência, por sua vez, estende esse conceito ao bem que não esteja sendo utilizado diretamente pela entidade familiar, desde que a renda obtida com a locação seja revertida para a subsistência ou moradia da família (verbete sumular nº 486 do Superior Tribunal de Justiça). É certo, ainda, que cabe ao devedor a prova da alegação de que o imóvel objeto da constrição se trata de bem de família. No caso em análise, não restou comprovada a assertiva. Assim, deixando a embargante de comprovar os fatos alegados, correta a sentença, não se vislumbrando qualquer cerceamento de defesa. Por fim, não prevalece a tese de descabimento da penhora em razão do imóvel pertencer em condomínio à embargante e sua mãe. O Código de Processo Civil (artigo 843) determina que recaído a penhora sobre bem indivisível e em copropriedade, o valor equivalente à quota parte do coproprietário recairá sobre o produto da alienação do bem. Desta forma, cabível a penhora realizada devendo, apenas, ser observada a quota parte da coproprietária, caso haja alienação. Recurso ao qual se nega provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

010. AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL 0042437-61.2017.8.19.0000 Assunto: Interpretação / Revisão de Contrato / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAPITAL 36 VARA Cível Ação: 0127309-50.2010.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00415939 - AGTE: LUCIANA CANDIDO GONZAGA ADVOGADO: ROBERTO CARLOS GOMES DA SILVA OAB/RJ-097887 AGDO: ITAU UNIBANCO S A ADVOGADO: CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA OAB/RJ-019608 **Relator: DES. MARIO ASSIS GONCALVES** Ementa: Agravo de instrumento. Ação de prestação de contas. Erro material. Cabimento de modificação em qualquer grau de jurisdição. Decisão que, em sede de impugnação, anula a sentença e condena a autora ao pagamento das custas e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da execução. Agravante que afirma que a impugnação do executado visa a nulidade da sentença, matéria não incluída no artigo 525 do CPC, bem como ocorrência de mero erro material. Assiste-lhe razão. Da análise dos autos nota-se a ocorrência de mero erro material no relatório que em nada prejudica a execução do julgado. De fato, do relatório consta a referência ao contrato de cartão de crédito nº 4011.6700.9996.4016 que, na realidade, é objeto de processo conexo, qual seja, a ação de prestação de contas nº 0337830-70.2010.8.19.0001. Note-se que tal fato não prejudica o réu, uma vez que a defesa foi apresentada levando em consideração a conta-corrente indicada na inicial. Acrescente-se a isso que não houve apresentação de embargos de declaração ou apelo quando prolatada sentença na segunda fase do procedimento, o que poderia sanar o defeito apresentado. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que o erro material é passível de correção a qualquer tempo ou grau de jurisdição, de ofício ou a requerimento das partes, ainda que haja trânsito em julgado da decisão, pois, ao contrário da decisão, sentença ou acórdão, o erro não transita em julgado. Repita-se que sua correção, neste momento processual, não implica em alteração do conteúdo do provimento jurisdicional, uma vez que a petição inicial indica o número da conta bancária e a defesa foi apresentada com base em dados corretos. A ausência de prejuízo aos princípios da ampla defesa e contraditório fica ainda mais evidenciada quando observado que os documentos juntados pela própria agravada em sede de cumprimento de sentença dizem respeito à conta-corrente nº 119169-4 da agência 372 (fls. 314/373 do feito originário) e não ao contrato de cartão de crédito. Destaque-se, por fim, que impugnação semelhante foi apresentada nos autos da demanda conexa (nº 0337830-70.2010.8.19.0001), anteriormente citada, tendo sido rejeitada pelo juízo em decisão confirmada por esta Câmara no julgamento do agravo de instrumento nº 0056929-92.2016.8.19.0000. Recurso provido. Conclusões: POR UNANIMIDADE DE VOTOS, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.

011. APELAÇÃO / REEXAME NECESSARIO 0017626-22.2009.8.19.0031 Assunto: Indenização Por Dano Moral - Outras / Indenização por Dano Moral / Responsabilidade do Fornecedor / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: MARICA 1 VARA Ação: 0017626-22.2009.8.19.0031 Protocolo: 3204/2014.00462016 - APTE: BANCO ITAUCARD S A APTE: ITAU UNIBANCO S A ADVOGADO: MARIA IRACILDA DE SOUZA FERREIRA OAB/RJ-074962 APDO: LUIZ CLAUDIO CAMELO BRAZ ADVOGADO: ANTONIO CARLOS CARDOZO DA SILVA OAB/RJ-116110 **Relator: DES. MARIO ASSIS GONCALVES** Ementa: Impugnação ao cumprimento de sentença. Excesso de execução. Não comprovação do cumprimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela. Astreintes. Valor. Manutenção. Como é cediço, a multa cominatória ou astreinte, prevista no Código de Processo Civil, tem natureza coercitiva e não compensatória, tratando-se de medida que tem por objetivo pressionar o demandado a cumprir a ordem judicial. Decorre disso a necessidade de a multa ser fixada em valor que desestimule o inadimplemento, não devendo jamais constituir instrumento de enriquecimento sem causa. No caso em análise, o valor diário da multa estabelecido pelo magistrado (R\$ 50,00) observou os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, e se as astreintes atingiram numerário tão expressivo foi porque os apelantes adotaram conduta desidiosa diante do provimento judicial. Com efeito, em recente julgamento em que se dedicou a analisar o valor da multa cominatória, dentre outras teses, o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que a apuração da razoabilidade e da proporcionalidade não pode se dar através do simples cotejo entre o valor da obrigação principal e o valor total fixado a título de multa. Ressaltou na sua fundamentação que se deve considerar o valor diário da multa, no momento de sua fixação, em relação ao da obrigação principal. De fato, a redução do valor das astreintes pelo simples fato de ser muito superior ao valor da obrigação principal poderia estimular a apatia do devedor em cumprir as decisões judiciais. E por último, não se pode deixar de ressaltar a situação econômico-financeira dos recorrentes, para quem a quantia de R\$ 70.612,69 (setenta mil, seiscentos e doze reais e sessenta e nove centavos), a título de astreintes, representa valor irrisório. Recurso ao qual se nega provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO DES. RELATOR.